

PODCAST CIÊNCIA SUJA

Título: Racismo ambiental no Realengo

THEO: De 2020 a 2023, mais de 15 mil pessoas foram desalojadas por enchentes no estado do Rio de Janeiro, segundo a Defesa Civil. A maioria vive na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da capital, onde fica Realengo, uma região com diferentes favelas, e com população mais negra. É de lá que vem a Liriel Farias, uma ativista e educadora que trabalha na intersecção entre cultura periférica e justiça climática. Ela é fundadora do Coletivo Ayê, um projeto de educação socioambiental antirracista, e também passou naquela chamada de pautas do Ciência Suja do ano passado, sobre a COP30.

THEO: A Liriel queria mostrar como o racismo ambiental acontece na prática; como dá pra ouvir, ver e sentir essa forma de discriminação na pele, pra além dos números que eu falei agora pouco. Então a gente propôs um negócio um pouco diferente para ela, e até para o Ciência Suja. Em vez de uma reportagem clássica, ela trouxe um depoimento pessoal. E nós vamos intercalar isso com falas da Valéria Bastos, diretora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários. Escuta aí e depois conta se gostou da dinâmica.

LIRIEL FARIAS

Eu escolhi falar sobre o racismo ambiental, porque ele não é uma categoria abstrata para mim. Ele é território, ele é corpo, ele é cotidiano. Crescer na periferia da Zona Oeste do Rio de Janeiro é crescer entendendo que a cidade não é pensada para todos da mesma forma. A ausência de saneamento, o transporte precário, o calor extremo sem arborização adequada, a falta de investimento em políticas públicas ambientais... Tudo isso tem cor e tem endereço. Eu lembro de uma enchente específica em Realengo em que a água subiu muito rápido. As pessoas precisaram erguer geladeiras, colchões, móveis. No dia seguinte, o que ficou não foi só lama; foi o cheiro forte do esgoto que retornava pelos ralos e invadia as casas. Aquilo nunca foi apenas um desastre natural. Era o resultado de decisões políticas acumuladas, de ausência histórica de infraestrutura. Era abandono.

VALÉRIAS BASTOS

Então a gente começa a perceber e começa a desenvolver uma lógica do racismo ambiental centrada exatamente numa perspectiva das escolhas, das escolhas públicas sobretudo. Se a gente tomar como base as instalações de lixões no Brasil, ainda tem 3 mil lixões em atividade, né? E não é em Ipanema, no caso do Rio de Janeiro, não é perto da Avenida Paulista, não é na Ondina, em Salvador, não é Boa Viagem, em Recife, e assim sucessivamente. Eles estão instalados na Baixada, em lugares perto de ecossistemas que ficam comprometidos a partir dessas instalações.

LIRIEL FARIAS

Mas para as famílias periféricas, a enchente não é apenas um evento climático. Ela

significa dor, sofrimento e a perda da construção de uma vida inteira. Significa ver móveis comprados com anos de trabalho sendo arrastados pela água. Significa perder documentos, fotografias, cadernos das crianças, eletrodomésticos parcelados em muitas prestações. Significa recomeçar sem ter reserva financeira, sem seguro, sem apoio estruturado do estado. A enchente interrompe a rotina, suspende aulas, compromete a renda, adoce os corpos e produz medo constante toda vez que a chuva começa a cair. Para muitas famílias, cada temporal é também ansiedade e memória traumática. É a sensação permanente de insegurança. O racismo ambiental é quando os impactos ambientais recaem desproporcionalmente sobre populações negras e periféricas. Isso não é coincidência; é estrutura. São decisões políticas que definem quais territórios serão protegidos e quais serão negligenciados. Segundo o Censo de 2022, 83% das pessoas brancas no Brasil têm acesso ao saneamento básico. Entre pessoas pretas, esse número cai para 75%. Entre indígenas, apenas 29%. Na região Norte, onde a maioria da população é preta ou parda, menos da metade da população tem acesso ao esgoto sanitário. Quando a gente olha para esses números, fica evidente que a desigualdade ambiental tem raça.

VALÉRIA BASTOS

Se você não tem uma coleta regular de resíduos e esses resíduos vão ficar em lugares que vão cair nos rios, vão assorear o rio, vão cair nas valas; uma hora a natureza vai gritar. Se você tem pessoas construindo residência em encostas. Você sabe que não vai segurar. Se a gente olhar os ditos desastres ambientais, eu costumo chamar de socioambiental, porque ele é produto de uma destrutividade da natureza produzida pelo homem. Então, Morro dos Prazeres teve muitos problemas. Segundo alguns, teve uma piscina que estourou lá, não sei onde, e arrolou com a quantidade de água, arrolou com a quantidade de resíduo, e desbarrancou. A Rocinha é a mesma coisa.

LIRIEL FARIAS

Em 30 anos, o número de ondas de calor por ano aumentou mais de oito vezes no país, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia. Bairros periféricos chegam a registrar até 5 graus a mais que bairros nobres. Já os eventos extremos, como as enchentes, cresceram quase 1 000% em 20 anos, segundo dados da Fiocruz. Quando a gente fala de crise climática, precisa falar de território, porque o calor não se distribui de maneira igual. A infraestrutura urbana também não. No meu percurso, como jovem negociadora pelo clima e estudante universitária, entendi que falar de justiça climática, sem falar de raça, é manter a lógica colonial intacta. Quem sofre mais com enchentes, ilhas de calor, poluição e ausência de infraestrutura são as periferias. E as periferias no Brasil têm maioria negra. O coletivo Ayê nasce exatamente dessa compreensão. É uma iniciativa comunitária que promove em educação socioambiental antirracista na periferia do Rio de Janeiro. A gente realiza oficinas de sustentabilidade, cultura afro-brasileira e indígena, campanhas de conscientização e formação crítica. Nosso objetivo é construir consciência coletiva a partir do território. Eu já vi crianças da periferia acreditando que o meio ambiente é algo distante delas. Como se a natureza fosse só floresta intocada, não o lugar onde elas vivem. Isso também é efeito do racismo ambiental. Essa desconexão simbólica com o território saudável. Depois de uma oficina do coletivo Ayê, uma adolescente me disse algo que ficou marcado. Ela

falou: "Eu achava que o meu ambiente não era sobre mim. Agora eu entendi que o lugar onde eu moro também é meu ambiente". Aquela frase sintetiza tudo.

VALÉRIA BASTOS

Eu trabalho esse conceito de zona de sacrifício, porque acredito que são espaços excluídos pré-determinados. É um projeto político de quem domina o capital para assentar em determinados territórios, ou espaço, situações sobre as quais o grupo já vulnerabilizado vai enfrentar com muita dificuldade. Então, seja lixão, seja empreendimentos tóxicos de fábricas e uma série de coisas que aí atravessa um pouco a lógica do racismo ambiental que eu costumo elucidar.

LIRIEL FARIAS

Justiça climática começa quando a gente se reconhece como sujeito de direito ambiental. Eu já acompanhei famílias convivendo com alagamentos frequentes, enquanto empreendimentos e mobilidade familiares seguem sendo aprovados em áreas valorizadas da cidade. Já vi moradores propondo soluções comunitárias para o lixo e não sendo levados a sério. Já vi jovens negros sendo invisibilizados como produtores de conhecimento ambiental. O racismo ambiental também se manifesta quando saberes periféricos são deslegitimados. Quando a gente fala de racismo ambiental, é impossível não falar das mulheres negras, porque são elas que historicamente sustentam os territórios mais vulnerabilizados e, ao mesmo tempo, lideram os processos de resistência. São elas que reorganizam a casa depois da enchente, que administram a falta de água, que levam as crianças ao posto de saúde quando adoecem por conta da contaminação ambiental. A crise climática tem gênero e tem raça. No meu percurso com o coletivo Ayê, eu vejo como as mulheres da periferia já são educadoras ambientais, mesmo sem o reconhecimento formal. Elas sabem reaproveitar, cultivar, cuidar do território. O que muitas vezes falta é o reconhecimento institucional. As mulheres negras produzem conhecimento ambiental a partir da experiência. Para elas, justiça climática não é um conceito acadêmico, é sobrevivência.

VALÉRIA BASTOS

Eu penso que as pessoas organizadas, através dos seus movimentos, através das suas causas, seja ela qual for, do desassoreamento do rio, da coleta regular de lixo, da garantia da pesca artesanal e das mulheres que fazem comida na beira do rio. Qualquer coisa que envolva, que envolva efetivamente impactos climáticos, qualquer atividade, elas podem ter organizações representativas que vão pressionar quem faz lei. A lei está aí, então vamos cobrar a lei de acontecer. Se a lei não está, vamos cobrar que ela esteja. Porque os conselhos, eles são paritários. Então vamos cobrar o representante da sociedade civil que cobre do legislador. Então, a gente precisa engrossar essa fila.

LIRIEL FARIAS

Enfrentar o racismo ambiental é disputar a narrativa, é dizer que a periferia não é problema, é potência. É afirmar que a justiça climática precisa ser racializada. É construir uma educação ambiental que seja também uma educação antirracista. O lema do coletivo Ayê é: "Cultivando consciência e celebrando a diversidade". E isso

não é apenas uma frase, é prática cotidiana. Eu falo isso porque eu não quero que a próxima geração naturalize a desigualdade ambiental. Eu quero que ela entenda que o território é direito, que o meio ambiente é direito, que respirar ar limpo, ter água potável, ter áreas verdes e políticas públicas dignas é direito. E que a periferia é centro de produção de futuro. Se a crise ambiental é global, a resposta precisa ser territorial e os territórios negros já estão produzindo resposta, principalmente pelas mãos das mulheres.

ENCERRAMENTO

THEO: Este episódio do Ciência foi pensado e produzido pela Liriel Farias. A edição de texto é minha, Theo Ruprecht, e da Chloé Pinheiro.

THEO: A edição de som e mixagem são do Caio Santos, da Griô Podcasts. As trilhas e a masterização são do Felipe Barbosa.

THEO: A Mayla Tanferri e o Guilherme Henrique fizeram a arte de capa e o nosso projeto gráfico.

THEO: O nosso site foi desenvolvido pelo Estúdio Barbatana. Lá você tem mais informações sobre como consegue ajudar a gente a seguir com o Ciência Suja, e os bônus que recebe ao participar do financiamento coletivo. É www.cienciasuja.com.br

THEO: Você encontra mais informações nas nossas redes sociais, que são tocadas pelo Pedro Belo. O Ciência Suja está no Instagram, Facebook, TikTok, Twitter e Blue Sky.